



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

MANHÃ

Nível Superior

Aplicação: 2014

### CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

#### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo/área/especialidade a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome e os dados do cargo/área/especialidade a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo/área/especialidade a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
  
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.



#### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

#### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br  
sac@cespe.unb.br

cespeUnB



- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A vida do Brasil colonial era regida pelas Ordenações  
Filipinas, um código legal que se aplicava a Portugal e seus  
territórios ultramarinos. Com todas as letras, as Ordenações  
4 Filipinas asseguravam ao marido o direito de matar a mulher  
caso a apanhasse em adultério. Também podia matá-la por  
meramente suspeitar de traição. Previa-se um único caso de  
7 punição: sendo o marido traído um “peão” e o amante de sua  
mulher uma “pessoa de maior qualidade”, o assassino poderia  
ser condenado a três anos de desterro na África.

10 No Brasil República, as leis continuaram  
reproduzindo a ideia de que o homem era superior à mulher.  
O Código Civil de 1916 dava às mulheres casadas o *status* de  
13 “incapazes”. Elas só podiam assinar contratos ou trabalhar fora  
de casa se tivessem a autorização expressa do marido.

Há tempos, o direito de matar a mulher, previsto pelas  
16 Ordenações Filipinas, deixou de valer. O machismo, porém,  
sobreviveu nos tribunais. O Código Penal de 1890 livrava da  
condenação quem matava “em estado de completa privação de  
19 sentidos”. O atual Código Penal, de 1940, abrevia a pena dos  
criminosos que agem “sob o domínio de violenta emoção”. Os  
“crimes passionais” — eufemismo para a covardia —  
22 encaixam-se à perfeição nessas situações. Em outra  
bem-sucedida tentativa de aliviar a responsabilidade do  
homem, os advogados inventaram o direito da “legítima defesa  
25 da honra”.

O machismo é uma praga histórica. Não se elimina da  
noite para o dia. A criação da Lei Maria da Penha, em 2006,  
28 em que se previu punição para quem agride e mata mulheres,  
foi um primeiro e audacioso passo. O segundo passo contra o  
machismo é a educação.

Ricardo Westin e Cintia Sasse. *Dormindo com o inimigo*. In: *Jornal do Senado*.  
Brasília, 4/jul./2013, p. 4-5. Internet: <www.senado.gov.br> (com adaptações).

Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima,  
julgue os itens de 1 a 7.

- 1 Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto, o terceiro período do primeiro parágrafo poderia ser reescrito da seguinte forma: Também era possível que o marido matasse a esposa pela mera suspeita de traição da parte dela.
- 2 Depreende-se do texto que os termos ‘peão’ (l.7) e ‘pessoa de maior qualidade’ (l.8) fazem referência à classe social do marido traído e do amante, respectivamente.
- 3 O emprego do futuro do pretérito em “poderia” (l.8) indica que a situação apresentada na oração é não factual, ou seja, é hipotética.
- 4 No primeiro período do segundo parágrafo, sobrepõem-se duas informações: a de que, mesmo no Brasil República, as leis traduziram a visão machista de superioridade masculina e a de que essa visão imperava antes dessa época.
- 5 Não haveria prejuízo para a correção gramatical do texto caso os pronomes “se” (l.2) e “a” (l.5) fossem deslocados para imediatamente após as formas verbais “aplicava” (l.2) e “apanhasse” (l.5), escrevendo-se **que aplicava-se** e **caso apanhasse-a**, respectivamente.

6 O emprego das vírgulas que isolam “de 1940” (l.19) é facultativo, de modo que a supressão dessas vírgulas não prejudicaria o sentido original ou a correção gramatical do texto.

7 As expressões ‘em estado de completa privação de sentidos’ (l.18 e 19), ‘sob o domínio de violenta emoção’ (l.20) e ‘legítima defesa da honra’ (l.24 e 25) são identificadas, no texto, como estratégias exploradas nos tribunais para aliviar a responsabilidade de homens que cometem crimes contra as mulheres.

1 Em vinte e poucos anos, a Internet deixou de ser um  
ambiente virtual restrito e transformou-se em fenômeno  
mundial. Atualmente, há tantos computadores e dispositivos  
4 conectados à Internet que os mais de quatro bilhões de  
endereços disponíveis estão praticamente esgotados. Por essa  
razão, a rede mundial concentra as atenções não só das pessoas  
7 e de governos, mas também movimenta um enorme contingente  
de empresas de infraestrutura de telecomunicações e de  
empresas de conteúdo. Pela Internet são compradas passagens  
10 aéreas, entradas de cinema e pizzas; acompanham-se as notícias  
do dia, as ações do governo, os gols e os capítulos das novelas;  
e são postadas as fotos da última viagem, além de serem  
13 comentados os últimos acontecimentos do grupo de amigos.

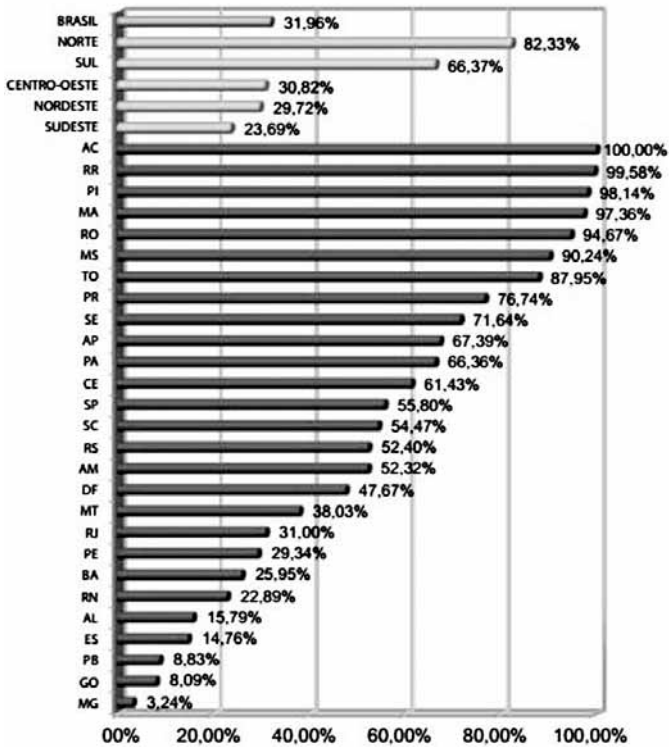
No entanto, junto com esse crescimento do mundo  
virtual, aumentaram também o cometimento de crimes e outros  
16 desconfortos que levaram à criação de leis que criminalizam  
determinadas práticas no uso da Internet, tais como invasão a  
sítios e roubo de senhas.

19 Devido ao aumento dos problemas motivados pela  
digitalização das relações pessoais, comerciais e  
governamentais, surgiu a necessidade de se regulamentar o uso  
22 da Internet.

Internet: <www.camara.leg.br> (com adaptações).

No que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto  
acima, julgue os itens a seguir.

- 8 Depreende-se da leitura do texto que a criação de leis que criminalizam práticas relacionadas ao uso da Internet e a discussão acerca da necessidade de regulamentação do uso da Internet são respostas ao crescimento dos problemas advindos da expansão do mundo virtual.
- 9 Seriam mantidos o sentido e a correção gramatical do texto, se a forma verbal “há” (l.3) fosse substituída por **existe**.
- 10 É obrigatório o emprego do sinal indicativo de crase em “à Internet” (l.4) e “à criação” (l.16).
- 11 No último período do primeiro parágrafo do texto, construído de acordo com o princípio do paralelismo sintático, o sujeito das orações classifica-se como indeterminado.
- 12 O termo “de senhas” (l.18) e a oração “de se regulamentar o uso da Internet” (l.21 e 22) complementam o sentido de nomes substantivos.



Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública. Relatório Nacional da Execução da Meta 2: um diagnóstico da investigação de homicídios no país. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2012, p. 35. Internet: <www.cmp.mp.br>.

O gráfico acima mostra os resultados do esforço nacional para o cumprimento da meta 2 do Grupo de Persecução Penal, da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública. O objetivo dessa meta era o de concluir os inquéritos policiais relativos a homicídios dolosos instaurados até 31 de dezembro de 2007. Para avaliar o cumprimento da meta 2, o Grupo de Persecução Penal adotou um critério percentual, segundo o qual era considerada cumprida a meta, caso o estado tivesse concluído 90% do seu estoque inicial de inquéritos. Com base nessas informações e nos dados do gráfico, julgue os itens que seguem.

- 13 O estado que ficou mais próximo de cumprir a meta 2 foi Tocantins e o que ficou mais distante de cumprir essa meta foi Minas Gerais.
- 14 O gráfico evidencia que mais de 50% dos estados brasileiros conseguiram concluir pelo menos metade de seus inquéritos policiais, resultado mais positivo que o apresentado pelo Brasil como um todo.
- 15 De acordo com o gráfico, nenhuma das regiões brasileiras cumpriu a meta 2.
- 16 Pelos dados do gráfico, conclui-se que um terço das unidades da Federação concluiu menos de um terço de seu estoque inicial de inquéritos policiais.

À luz das orientações presentes no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os próximos itens.

- 17 Embora aviso e ofício sigam o mesmo padrão formal — o padrão ofício —, as funções desses documentos são distintas.
- 18 O trecho seguinte é adequado para constar de um memorando: Solicita-se a esse respeitável departamento, o envio, ao Setor de Limpeza e Conservação, dos materiais arrolados abaixo.
- 19 Os atributos da comunicação oficial, a exemplo da clareza, concisão, formalidade e uniformidade, estão associados aos princípios que, segundo a Constituição Federal, norteiam a administração pública, como os da publicidade e da impessoalidade.
- 20 Nas comunicações oficiais dirigidas a ministros de tribunais superiores, deve-se empregar a forma de tratamento **Vossa Excelência**. Caso possua o título de doutor, o ministro destinatário pode, ainda, ser designado como **doutor**.
- 21 No envelope de uma comunicação destinada a um juiz de direito, deve-se adotar o seguinte modelo de endereçamento:  
Ao Senhor  
[nome do juiz]  
Juiz de Direito  
Rua Tal, n.º 456  
49000-000 — Aracaju – SE
- 22 A mensagem que tenha por finalidade recomendar autoridades para a ocupação de cargos deve ser acompanhada do *curriculum vitae* do indicado, devidamente assinado.

Acerca dos sistemas operacionais Windows e Linux, julgue os itens subsecutivos.

- 23 No Windows 7 e em suas versões superiores, o ambiente gráfico é nativo do sistema operacional. O ambiente gráfico no Windows, assim como no Linux, funciona como um servidor de gráficos e é denominado *prompt* de comando gráfico.
- 24 No Windows 8.1, Microsoft Essentials é o ambiente de acesso à Internet.
- 25 No Linux, ambientes gráficos são executados por meio de um servidor, geralmente Xwindows ou X11, o qual fornece os elementos necessários para uma interface gráfica de usuário.

RASCUNHO

No que se refere aos navegadores Firefox e Internet Explorer, julgue os itens subsequentes.

- 26 No Internet Explorer 11, o suporte a conteúdos vetoriais, como *flash player* e *shockwave player*, não está inserido nativamente no *software*, o que exige o uso de *plug-ins*.
- 27 Na versão 28 do Firefox, páginas com programas em Java podem vir a exibir uma tela em que é solicitada ao usuário permissão de execução.

Com referência à instalação e desinstalação de aplicativos e *drivers* de dispositivo no ambiente Windows, julgue os próximos itens.

- 28 A pasta Arquivos de Programas, no Windows 7 Professional, normalmente localizada no disco C, é o local recomendado para instalação de aplicativos nessa versão do sistema operacional.
- 29 O Windows 7 Professional permite que qualquer usuário sem poderes administrativos instale ou desinstale *drivers* de dispositivo.

Diversos vírus de computadores são criados diariamente e muitos não são detectados por ferramentas de antivírus. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 30 Para tentar prevenir uma infecção por vírus ou *malware*, algumas ferramentas de antivírus procedem à detecção por heurística, técnica de detecção de vírus baseada no comportamento anômalo ou malicioso de um *software*.
- 31 Os computadores com sistema operacional Linux não são afetados por vírus; os que têm sistemas Windows são vulneráveis a vírus, por falhas específicas de *kernel*.

Considerando que P seja a proposição “Se os seres humanos soubessem se comportar, haveria menos conflitos entre os povos”, julgue os itens seguintes.

- 32 A proposição P é logicamente equivalente à proposição “Se houvesse menos conflitos entre os povos, os seres humanos saberiam se comportar”.
- 33 A proposição P é logicamente equivalente à proposição “Os seres humanos não sabem se comportar ou haveria menos conflitos entre os povos”.
- 34 Se a proposição “Os seres humanos sabem se comportar” for falsa, então a proposição P será verdadeira, independentemente do valor lógico da proposição “Há menos conflitos entre os povos”.
- 35 A negação da proposição P pode ser corretamente expressa pela proposição “Se os seres humanos não soubessem se comportar, não haveria menos conflitos entre os povos”.

Ao consultar alguns perfis na rede social X, Marcos percebeu que tinha, com Carlos, 37 amigos em comum, com Pedro, 51 amigos em comum, e com Henrique, 45 amigos em comum.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 36 Considerando que, na rede social X, Marcos não possua outros amigos além daqueles em comum com Carlos, Pedro e Henrique, e que estes não possuam, entre si, amigos em comum, então é correto inferir que Marcos possui menos de 130 amigos nessa rede social.
- 37 As informações apresentadas permitem concluir que Marcos possui mais de 100 amigos na rede social X.
- 38 Marcos, Carlos, Pedro e Henrique têm em comum menos de 40 amigos na rede social X.

RASCUNHO

O rito processual de análise de determinado tipo de processo segue as três seguintes fases:

- instrução: após a apresentação da representação e das provas, o juiz decide pela admissibilidade ou não do caso;
- julgamento: admitido o caso, o juiz analisa o mérito para decidir pela culpa ou não do representado;
- apenação: ao culpado o juiz atribui uma pena, que pode ser ou o pagamento de multa, ou a prestação de serviços à comunidade.

A partir das informações acima, considerando que a probabilidade de que ocorra erro de decisão na primeira fase seja de 10%, na segunda, de 5% e, na terceira, de 3%, e que a ocorrência de erro em uma fase não influencie a ocorrência de erro em outras fases, julgue os próximos itens.

- 39 A probabilidade de que ocorram erros de decisão em todas as fases do processo é inferior a 0,1%.
- 40 A probabilidade de que haja erro de decisão na análise de um processo em que se inocente o representado é inferior a 14%.
- 41 Para cada processo do referido tipo, desconsiderando os possíveis erros de decisão, a quantidade de possíveis decisões durante o rito processual é superior a 5.

Com base no disposto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE), julgue os seguintes itens.

- 42 As Câmaras Cíveis Reunidas do TJSE, compostas por quatro desembargadores, funcionam com quórum mínimo de três desembargadores.
- 43 Um quinto dos cargos de desembargador do TJSE será preenchido por membros do Ministério Público e por advogados, indicados em lista sêxtupla formada pelo tribunal e enviada ao Poder Executivo para escolha e nomeação do desembargador.
- 44 O presidente do TJSE é eleito pelo Tribunal Pleno, para mandato de dois anos, permitida uma reeleição para o mesmo cargo.
- 45 Cabe ao Conselho da Magistratura determinar a realização de correições extraordinárias, gerais ou parciais, e a instauração de processos administrativos.

À luz do Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe, julgue os itens subsecutivos.

- 46 Em nenhuma hipótese, servidor da justiça poderá funcionar em feito ou ato judicial no qual sobrinho seu seja procurador de uma das partes do feito ou ato.
- 47 Juízes de direito irmãos, em nenhuma hipótese, poderão exercer a função de juiz na mesma comarca.
- 48 Os juízes-corregedores são obrigatoriamente juízes de direito da mais elevada entrância escolhidos e designados pelo corregedor-geral da justiça.
- 49 A justiça militar estadual é exercida, em primeira instância, pelo juiz auditor e pelos conselhos de justiça.
- 50 Estará sujeito a pena de suspensão de até oito dias o servidor que, mesmo após determinação do juiz do feito, se recusar a emitir certidão de teor constante de processo.